

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

Ano económico de 2022

INTRODUÇÃO E ÂMBITO DOS TRABALHOS

1.1 Procedemos à revisão das contas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado, emitimos a Certificação Legal das Contas com data 14 de abril de 2023

1.2 O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- (1) Reuniões com responsáveis do Município e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas nos Anexos.
- (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras orçamentais e patrimoniais com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- (4) Análise do sistema de controlo interno, com vista a planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, de imobilizado e imobilizado em curso, proveitos diferidos, caixa e bancos, acréscimos e diferimentos, custos e perdas e proveitos e ganhos e transferências concedidas e transferências recebidas, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados.
- (5) Realização dos testes substantivos seguintes que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Confirmação dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, efetuando os procedimentos alternativos que considerámos necessários quando não obtivemos resposta direta de terceiros.
 - b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município e do mapa de empréstimos.
 - c) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
 - d) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao critério de reconhecimento e seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.

2. EXAME AO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No seguimento das verificações de controlo interno realizadas, no decorrer da nossa viagem entre 27 de fevereiro e 4 de março de 2023, vimos trazer ao vosso conhecimento as conclusões por teletrabalho mais relevantes a que chegámos.

2.1 COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO e ENDIVIDAMENTO

Verificámos que os compromissos assumidos e a transitar totalizam 206.436 euros (472.191 euros em 2021) sendo 200.296 euros de compromissos a transitar de despesas de capital. As obrigações por pagar ascendem a 24.713 euros (22.313 euros em 2021).

O valor dos empréstimos de médio e longo prazo é de 950 mil euros (1.377 mil euros em 2021).

2.2 TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

A evolução dos montantes com transferências entre 2020 e 2022, encontra-se no quadro abaixo, onde se refletem as políticas seguidas nesta área.

Conta	Descrição	2020	2021	2022	Variação 2021-2020	Variação 2022-2021
60	Transferências e subsídios concedidos	549 523	479 861	677 591	-69 662	197 731
601	Transferências correntes concedidas	549 523	479 861	677 591	-69 662	197 731
60135	Freguesias	184 000	130 000	145 000	-54 000	15 000
6015	Segurança Social	33 525	33 945	18 065	420	-15 880
60161	Instituições sem Fins Lucrativos	293 942	274 371	450 953	-19 571	176 582
601621	Ação Social	0	0	554	0	554
601622	Bolsas	30 897	34 174	39 049	3 277	4 875
601629	Outros	7 158	5 791	23 970	-1 367	18 179
60169	Outros	0	400	0	400	-400
6019	Outros	0	1 179	0	1 179	-1 179

O valor das transferências foi superior em cerca de 197 mil ao que se tinha verificado em 2021, que tinha sido inferior em cerca de 70.000 euros ao de 2020. Na rubrica mais significativa, a das Instituições sem fins lucrativos, o valor de 450 mil euros (274.000 euros em 2021), é superior em cerca de 60% ao registado em 2021.

Do total de 677 mil euros concedidos em 2022, quase metade foram concedidos a 9 entidades conforme quadro abaixo, sobressaindo entre elas a ASCIG - Associação Socio Cultural Ilha Graciosa com 200.000 mil euros.

Maiores Valores	2021	2022
Associação dos Cinegéticófilos da Ilha Branca	11 400	7 124
Associação dos Músicos da Ilha Branca	16 155	2 120
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ilha Graciosa	20 000	20 000
Clube Central Recreativo e Desportivo Sporting Clube de Guadalupe	40 085	32 158
Graciosa Futebol Clube	30 359	9 775
Grupo Desportivo da Mocidade Praiense	14 170	8 525
Santa Cruz Sport Club	16 759	18 325
Sport Clube Marítimo	38 866	35 298
ASCIG - Associação Socio Cultural Ilha Graciosa	0	200 000
Sub Total	187 794	333 325
Total Transferências e Subsídios	479 861	677 591
Parte no Total	39%	49%

Dado que se trata de dinheiro público, as entidades que o receberam devem prestar contas ao Município do uso que lhes destinaram, pelo que se recomenda, que sejam solicitadas prestações de contas a todas as entidades pelo uso dos dinheiros públicos recebidos, condicionando futuros apoios à entrega de documentação suficiente.

3. CONTABILIDADE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

3.1 ORÇAMENTAL

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Os documentos que espelham a execução orçamental são o mapa de Controlo Orçamental da Receita, o mapa de Controlo Orçamental da Despesa, o mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o mapa de Fluxos de Caixa, os quais são detalhados no Relatório da Gerência de 2022.

Nos termos do Relatório, o índice de realização da despesa foi de 82,8% (78,5% em 2021), a que correspondeu um montante de despesa paga de 4.696 milhares de euros (5.254 milhares de euros em 2021), incluindo despesa com passivos financeiros de 187 mil euros.

- A despesa de capital apresentou um coeficiente de realização de 69,7% (66,25% em 2021), com um valor de 1,277 milhares (2.115 milhares de euros em 2021);
- A despesa corrente realizada apresentou um coeficiente de realização de 89,1% (89,80% em 2021), atingindo um valor de 3.419 milhares (3.139 milhares de euros em 2021).

A receita foi realizada em 97,9% (102,6% em 2021) incluindo o saldo de gerência anterior. Em 2021 a receita foi influenciada por aumento dos impostos diretos em relação ao orçamentado e pelo reembolso pelas finanças de 197 milhares de euros de IVA, a recuperar de anos anteriores.

Verificamos que a execução orçamental total tem um saldo positivo de 863 mil euros (824 mil euros em 2021). Não contraiu novos empréstimos.

A receita efetiva foi de 4735 milhares e a despesa efetiva foi de 4508 milhares, pelo que o saldo global foi de 227 mil euros e o saldo primário, excluindo juros, foi de 240 mil euros.

3.2 IMOBILIZADO

3.2.1 Ativo líquido

Em 2020 verificou-se a reclassificação dos ativos de investimento, pelo que a comparação detalhada com os exercícios anteriores tem algumas dificuldades.



Em 2021, o total do ativo líquido de amortizações aumentou 773 mil euros, passando de 27.682 milhares de euros para 28.455 milhares de euros.

Rubrica	Saldo em 2021
41 Investimentos financeiros	192 845
42 Propriedades de Investimento	546 876
43 Ativos Fixos Tangíveis (corpóreos)	26 141 064
44 Intangíveis	62 697
45 Investimentos em Curso	1 512 272
Total geral líquido	28 455 754

Em 2022, o valor líquido de amortizações manteve-se semelhante ao do ano anterior, pois as aquisições foram contrabalançadas pelas amortizações que atingiram 1 125 milhares de euros.

Rubrica	Saldo em 2022
41 Investimentos financeiros	192 845
42 Propriedades de Investimento	542 279
43 Ativos Fixos Tangíveis (corpóreos)	26 044 339
44 Intangíveis	64 367
45 Investimentos em Curso	1 568 513
Total geral líquido	28 412 244

3.2.2 Outros Assuntos referentes ao Ativo

Recomenda-se o esclarecimento das situações do mapa 8.2.12.1. Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, pois, parte deles têm referência a cedências cujo prazo expirou e sem informação de renovação.

Parte dos terrenos e edifícios de propriedade do Município não estão registados em seu nome, nem na Conservatória Predial nem na Autoridade Tributária, pelo que volta-se a recomendar que sejam efetuados os registos necessários.

Sublinha-se que a recente Inspeção da IRAP aponta várias desconformidades na área do imobilizado, recomendando, nomeadamente, a atualização do inventário, a promoção de medidas de acompanhamento e controlo da distribuição dos bens, a atualização da norma de controlo interno.

3.2.3 Terrenos do Aeroporto e do Complexo Desportivo

A listagem de bens registados nas Finanças e na Conservatória apresenta várias referências a parcelas de terreno, com a referência Aeroporto. Como exemplo, os números de inventário 100395 a 100398 (e muitos outros). Ora, não se tem conhecimento de que o

Município tenha alguma participação nesta infraestrutura ou que tenha sido ressarcido do seu valor.

Encontramos igualmente terrenos para a implantação do Complexo Desportivo, sendo exemplo o número de inventário 100399.

Recomendamos o esclarecimento destas situações, e eventualmente de outras do mesmo género, para que os registos correspondam à situação real.

3.3 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação na empresa de transportes está registada ao valor de aquisição. A sua exploração tem tido altos e baixos, com resultados, umas vezes, positivos e outras, negativos.

Em 2022, o resultado foi positivo em 16 700 euros (em 2021 foi positivo em 566 euros).

3.4 BANCOS

Verificámos as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade e os valores em trânsito, não havendo nada a assinalar, exceto numa verba de 12.820 euros paga pela Direção Regional da Cooperação com o Poder Local ao abrigo da Portaria 1974 publicada no Jornal Oficial II série nº 214 de 27 de outubro de 2021, que não foi lançada em receitas de 2021 por falta de conta em previsão de receitas, pelo que passou em reconciliação bancária, tendo sido lançada em receita em 2022.

Os empréstimos a curto, médio e longo-prazos foram confirmados pelos registos do Banco de Portugal.

3.5 ESTADO

A dívida ao Estado em dezembro de 2022 é de 16.732 euros (17.855 euros em 2021), por retenções e encargos da CGA e Segurança Social que foram liquidadas em janeiro de 2023. Por sua vez a autarquia tem 11.132 euros (47.293 em 2021) a receber do Estado, referente à diferença entre IVA liquidado a 4% pela faturação do fornecimento de água 4% e IVA dedutível a 16%.

3.6 DÍVIDAS A TERCEIROS

O valor em dívida a terceiros (fornecedores e credores diversos) é de 276 mil euros (217 mil euros em 2021), onde estão incluídos 66 mil euros (33 mil euros em 2021) de cauções prestadas por fornecedores.

O valor em dívida por empréstimos bancários é de 950 mil euros (1.137 mil euros em 2021) sendo 187 mil euros a curto prazo, isto é a pagar durante o próximo ano, e 762 mil euros a mais de 12 meses.

3.7 DÍVIDAS DE TERCEIROS

O valor das dívidas de terceiros (águas, rendas e outros) é de 53 mil euros, valor semelhante ao de 2021, após provisão para a eventualidade de não recebimento.

3.8 RENDIMENTOS E GANHOS

Os proveitos registados pelo recebimento de transferências do Estado e Impostos foram confrontados com certidões de receita da DROAP e da Direção de Serviços de Contabilidade do Ministério das Finanças, apresentando os valores em euros abaixo indicados.

Os totais das certidões e dos registos foram conciliados. Na ótica da contabilidade patrimonial, os rendimentos aumentaram 5,9% em relação a 2021 e ultrapassaram ligeiramente o valor pré-pandemia de 2019, em que atingiram 4 628 603 euros.

Conta	Designação	2021	2022
70	IMPOSTOS CONTRIBUIÇÕES E TAXAS	712 444	797 810
71/72	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	278 660	297 546
75	TRANSFERÊNCIAS SUBSÍDIOS OBTIDOS	2 994 548	3 033 300
78	OUTROS RENDIMENTOS	434 326	550 439
79	JUROS, DIVIDENDOS E SIMILARES	4 396	5 919
TOTAL RENDIMENTOS		4 424 374	4 685 014
EVOLUÇÃO			5,9%

3.9 CUSTOS

Os custos totais do exercício de 2022 aumentaram 6% tal como em 2021 (em 2020 diminuíram 3%) refletindo aumentos significativos nas rubricas de maior peso como pessoal, amortizações e transferências concedidas. Os fornecimentos e serviços externos diminuíram 71 mil euros

Rubrica	2020	2021	2022
Fornecimentos e Serviços Externos	1 044 557	1 118 848	1 047 439
Custos com Pessoal	1 330 290	1 516 517	1 621 317
Transferências e Benefícios concedidos	549 522	479 860	677 591
Amortizações do Exercício	1 053 992	1 137 627	1 125 327
Provisões do Exercício	4 906	-	-
Outros Custos e Perdas Operacionais	43 994	26 567	62 537
Custos e Perdas Financeiras	17 323	15 542	13 947
Custos e Perdas Extraordinários			
Totais	4 044 584	4 294 961	4 548 158
Evolução custos	-3%	6%	6%

Verificámos os custos de pessoal por métodos analíticos e não temos nada assinalar.

4. Limites ao Endividamento

O limite ao endividamento calculado pelos Serviços é de 5,8 milhões de euros, estando utilizados 1,2 milhões pela dívida total a 31-12-2022.

De acordo com artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e dado que o município não excede em 31 de dezembro, o limite da dívida total, a sua margem de endividamento disponível, de 4,6 milhões, pode ser utilizada em 2023 de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo, isto é em 20%, a que corresponde 920 mil euros.

5. Aplicação de resultados

Verificámos a aplicação de resultados no seguimento da aprovação das contas de 2021 e da proposta de aplicação dos resultados do ano, no valor de 6 400,57 euros.

Os resultados de 2022 atingiram 136 mil euros, em linha com os 129 mil euros de 2021 e 128 mil euros de 2020.

No fim de 2022, o património da autarquia (conta 51), cobre 31,1% do ativo líquido, tal como em 2021, a comparar com a obrigação legal de cobertura de 20%.

6. Outras informações

Solicitámos e obtivemos a Declaração do Órgão de Gestão do executivo camarário, prevista nas Normas Técnicas.

Finalmente, cumpre-nos informar que apreciámos o Relatório de Gestão, tendo observado que o Município não apresentou no Relatório de Gestão informação ao abrigo da NCP 27 – Contabilidade de Gestão em conformidade com o previsto no §34 da norma, pelo que a aplicação do SNC-AP não está completa.

Para além desta falta, recomendamos para o futuro, inclusão no relatório de gestão duma perspetiva de evolução do desempenho orçamental.

Lisboa, 14 de abril de 2023

António Rosa Zózimo, ROC 954, em representação de A.Zózimo & M.Lourenço, SROC Lda.